# RECENSÕES

PFERREIRA DE BRITO — *Joaquim de Araújo e a Expansão Europeia da Cultura Portuguesa*, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 2000, 573 pp.

Uma constante a eleger, indiscutivelmente, em todo o percurso de investigação de Ferreira de Brito é a atenção e o interesse votados ao estudo das relações interculturais. Com efeito, se passarmos em revista a produção bibliográfica do autor ou a sua dinamização de encontros científicos, deparamos com todo um conjunto de projectos realizados cujo âmbito cronológico se estende de Setecentos ao Século XX, sobretudo no que toca à teia de relações a unir Portugal e a França. Atentemos nalguns dos seus trabalhos e em obras que congregam as comunicações apresentadas aos colóquios organizados: *A Imprensa do Norte e as suas Relações com a França 1864-1876*, (Porto, 1982) *La Génération des Écrivains Portugais de 1870 et la Matrice Culturelle Française* (Poitiers, 1984), *Nas Origens do Teatro Francês em Portugal* (Porto, 1989), *Revolução Francesa. Emigração e Contra-Revolução* (Porto, 1989), *Voltaire na Cultura Portuguesa. Os Tempos e os Modos*, (Porto, 1991), *Os Lusófilos Europeus e Antero de Quental* (Ponta Delgada, 1993), *Vozes da Resistência na Revista Luso-francesa* Afinidades *durante o Período da Ocupação* (Porto, 1995), *Victor Hugo e Portugal* (Porto, 1987) e *A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil* (Porto, 1992).

A relevar ainda na investigação empreendida por Ferreira de Brito, é o cuidado manifestado em assinalar a importância, no dinâmico processo literário e cultural de um povo, da acção multímoda por parte de agentes culturais hoje olvidados como acontece na obra *Germano Meireles da Geração Coimbrã à Geração de 70* (Porto, 1983) [1] ou a preocupação em dar conta do papel não negligenciável que esses vultos assumiram, através de uma produção polígrafa, constituindo-se, à época, elos de ligação indispensáveis e profícuos na tessitura da rede de contactos dentro de um mesmo campo literário [2] ou entre campos literários diversos.

É pois neste contexto de preocupações científicas que vem agora a lume a obra *Joaquim de Araújo e a Expansão Europeia da Cultura Portuguesa*, estudo em torno de

---

[1] Assinale-se igualmente o estudo sobre *A Renascença e a Escola do Porto*, Penafiel, Sep. do Boletim Municipal de Cultura,1982.

[2] Cf. BRITO, Ferreira de — *Correspondência Inédita entre João de Deus e Joaquim de Araújo*, Penafiel, Sep. de *Confluência*, 1984.

uma figura de Oitocentos que para além de um percurso diplomático em Itália se apresenta como poeta, publicista, epistológrafo, bibliófilo, crítico literário, homem de letras empenhado na difusão da literatura e cultura lusas.

*Joaquim de Araújo e a Expansão Europeia da Cultura Portuguesa* encontra-se estribada em três grandes momentos: o trajecto de Joaquim de Araújo, o seu projecto de divulgação dos valores nacionais e a transcrição selectiva de parte do seu rico espólio epistolar que a Biblioteca Nazionale di San Marco, em Veneza, encerra. Numa primeira etapa, dá-se conta da actividade intensa e polifacetada de Joaquim de Araújo, em íntima ligação com a imprensa periódica. Na verdade, a fundação de periódicos e a colaboração em orgãos vários da imprensa torna-se uma prática partilhada pelo homem de letras oitocentista na medida em que o periodismo no século XIX se ergue como tribuna e janela de honra para todo aquele que deseja agir sobre a sociedade e busca visibilidade. Ora Joaquim de Araújo também desse facto dá testemunho claro, dando a conhecer não apenas a sua produção poética, e, como observa Ferreira de Brito, auto-promovendo-se, mas marcando efemérides, na imprensa, e fomentando colaboração portuguesa e estrangeira em torno de escritores como Camões, Garrett, Camilo Castelo Branco, Teófilo Braga, Antero de Quental ou João de Deus, encetando assim desde cedo uma "campanha de *portugalidade*" (p. 14).

Num segundo momento, o autor do presente estudo coloca-nos em contacto com o projecto de divulgação da cultura e literatura portuguesas perseguido por Joaquim de Araújo, informando-nos dos contornos que revestiu a "cruzada de projecção de Portugal na Europa com intenção evidente de um intercâmbio verdadeiramente bilateral" (p. 187) e que se consubstanciou numa actividade tradutora e ensaística por parte de lusófilos vários em países da Europa Mediterrânica, da Europa do Norte, da Europa Central ou mesmo da Europa Oriental.

Por fim, na terceira parte da obra, apresenta-se a reprodução fac-similada de um bom acervo epistolar de vários lusófilos de então, com cartas dirigidas a Joaquim de Araújo: o espanhol Rafael Altamira, o francês Achille Millien, o alemão Wilhelm Storck, o inglês Edgar Prestage e o sueco Göran Björkman. Ora a prévia descrição das relações mantidas entre o cônsul português em Génova e tais interlocutores, as indicações no que respeita aos pedidos feitos nessas trocas epistolares, a citação sempre que necessária de excertos das missivas enviadas ilustrativos do interesse que a literatura e cultura portuguesas suscitavam, justifica a não opção por uma edição diplomática do valioso acervo.

Falar e lembrar Araújo permite ainda revisitar autores e sensiblidades estéticas de boa parte do século XIX português, pelo recorrente cotejo e pela iterativa contextualização que Ferreira de Brito operatória e frutuosamente introduz, de tal modo que, só em aparência se trata de um estudo de cariz monográfico.

Com este estudo, Ferreira de Brito procura salientar o posicionamento de todo um punhado de intelectuais que Joaquim de Araújo também integra e que, nas últimas décadas do século XIX, revela a necessidade de conquistar um lugar identitário dentro da Europa, fugindo a uma mera atitude reprodutiva face a modelos estrangeiros e buscando o reconhecimento do direito ao Diverso ainda válidos nos dias de hoje.

A importância do estudo agora apresentado por Ferreira de Brito decorre do enfoque colocado não no banalizado dado adquirido do funcionamento da França enquanto modelo cultural praticamente hegemónico no Oitocentos português ou no desconhecimento generalizado dos valores literários e intelectuais portugueses no estrangeiro, mas num rastreio da divulgação de uma identidade nacional através e a partir da acção que um conjunto de figuras de intelectuais e/ou diplomatas lusos empreenderam contra a corrente.

Estudos abrangentes como *Joaquim de Araújo e a Expansão Europeia da Cultura Portuguesa* afiguram-se-nos preciosos, pois, com frequência, são os literatos considerados de segunda linha quem cultiva e impulsiona uma dimensão de intercâmbio que, embora de reduzida dimensão, permite matizar a unilateralidade de relações estabelecidas entre Portugal e o Estrangeiro. Acresce ainda que a disseminada difusão de Portugal além fronteiras passa grandemente pelo estabelecimento de relações pessoais a explicar a maior ou menor divulgação de um autor, de uma obra ou mesmo de um texto esparso que integra a biblioteca mental do mediador cultural em causa. O estudo em apreço ilustra indubitavelmente as duas vertentes mencionadas.

*Fátima Outeirinho*

JOSÉ CÂNDIDO MARTINS — *Para uma Leitura da Poesia Neoclássica e Pré-romântica*, Lisboa, Presença, 2000, p. 182

Por razões que não são fáceis de perceber, a produção de manuais e de outros tipos de obras de apoio não é ainda uma prática consolidada no nosso país. Em geral, o mercado tem-se limitado a oferecer trabalhos demasiado básicos, dirigidos ao estudante apressado e quase sempre em áreas de sucesso garantido. Não é o caso desta obra de José Cândido Martins.

Embora o A. declare na Apresentação que se trata apenas de uma primeira introdução ao lirismo neoclássico e pré-romântico, feita a pensar sobretudo no leitor mais jovem, a verdade é que estamos perante uma proposta bem articulada e com informação actualizada, capaz portanto de fornecer a um público mais vasto uma boa panorâmica do setecentismo português e de o levar a repensar algumas das ideias feitas mais difundidas. Opondo-se aos que têm defendido que se trata «de uma poesia de bajulação e subserviência, inspirada em miudezas e bagatelas quotidianas, excessivamente satírica e maldizente, usando e abusando da mitologia clássica e do recurso a uma tópica e temática mais que estafadas» (p. 12) — o A. defende e procura demonstrar que «no meio de inumeráveis poetas e muitos volumes de versos, pode o leitor surpreender boa e moderna poesia: no lirismo menos convencional e mais autobiográfico, na poesia agradavelmente realista e até na escrita humorada e satírica, (...) veiculada por um português sedutoramente fluente, desempoado e coloquial» (p. 14).

Começando por uma breve abordagem do contexto histórico-cultural e literário, Martins caracteriza os três movimentos que marcam o panorama português da época: Iluminismo, Neoclassicismo e Arcadismo. Os cinco capítulos seguintes são consagrados a outros tantos poetas que o A. considerou indispensáveis para uma visão de conjunto do período em causa: Paulino António Cabral, Garção, Tolentino, Filinto Elísio e a Marquesa de Alorna. O modelo de abordagem de cada um dos autores seleccionados parece-nos feliz: fornece-se uma síntese biográfica e apresentam-se as principais linhas de força da obra, que são depois demonstradas por intermédio de um conjunto de textos ou de excertos. Cada poema é objecto de explicações lexicais e de um comentário temático-estilístico, em geral bastante detalhado. Segue-se uma chamada de atenção para influências que cada autor recebeu ou exerceu. No caso de Paulino, por exemplo, os autores convocados são, respectivamente, Camões e Alexandre O'Neill. Esta é talvez a parte do trabalho de José Cândido Marins menos convincente, dado que as sugestões que apresenta nem sempre são justificadas de forma satisfatória. Cada capítulo termina

com uma proposta de leitura de outro conjunto de poemas e com uma bibliografia para leituras mais aprofundadas.

Depois dos cinco poetas considerados individualmente, há um capítulo em que o A. procede à apresentação — agora muito sucinta, mas também apoiada na transcrição e breve comentário de um ou dois textos — de 12 outros nomes do panorama literário da época: Caldas Barbosa, Francisco Joaquim Bingre, Cláudio Manuel da Costa, José Anastácio da Cunha, Santa-Rita Durão, Basílio da Gama, Gonzaga, José Agostinho de Macedo, João Xavier de Matos, Quita, Belchior Curvo Semedo e Cruz e Silva. Como se vê, trata-se de uma selecção equilibrada, que conjuga poetas bem conhecidos com outros que saíram há muito de circulação e que inclui cinco autores também reclamados pela literatura brasileira.

A parte final do volume é consagrada à doutrinação estético-literária. Adoptando um modelo semelhante ao que usou para o tratamento do lirismo, o A. procede a uma abordagem particularizada de quatro teorizadores: Verney, Cândido Lusitano, Garção e Filinto Elísio. Depois de sintetizar as principais ideias defendidas por cada um deles, José Cândido Martins apresenta e comenta um extracto de um texto representativo. O capítulo encerra com uma sinopse das características da estética neoclássica e da sensibilidade pré-romântica.

No final da obra vem uma bibliografia que, sem ser exaustiva, reúne o que de mais importante pode interessar ao tipo de leitor em que se pensou. Compreende-se assim a ausência de estudos universitários de maior fôlego.

Em síntese, estamos perante um manual bem estruturado e de grande utilidade, que vem preencher uma lacuna séria no domínio dos estudos literários voltados para um público menos especializado.

*Francisco Topa*

JOSÉ RAMOS TINHORÃO — *As Festas no Brasil Colonial*, São Paulo, Editora 34, 2000, p. 176

Especialista em diversos aspectos da cultura popular — como a música e os folhetos de cordel —, historiador atento ao rastreio da presença do negro, José Ramos Tinhorão tem-se revelado um investigador profícuo, contando mais de duas dezenas de livros publicados, de ambos os lados do Atlântico. De facto, alguns dos seus trabalhos mais significativos têm saído em Portugal, pela Caminho. É o caso de *As Origens da Canção Urbana*, *Os Negros em Portugal: Uma presença silenciosa*, *História Social da Música Popular Brasileira* e *Fado: Dança do Brasil, cantar de Lisboa*.

Na obra em apreço o A. aborda o tema da festa no Brasil do período colonial, procurando delinear uma panorâmica que estava por fazer. Trata-se, como Tinhorão esclarece, de uma missão difícil, dada a escassez e o carácter lacunar dos testemunhos que chegaram até nós. O primeiro mérito deste volume reside pois no levantamento das fontes, que surpreende sobretudo pela diversidade. Para o primeiro século de colonização, o A. recorre, como seria de esperar, às cartas dos jesuítas, aos relatos de viajantes e às observações de cronistas. Para o século XVII, o material é mais variado, incluindo textos pouco conhecidos, como sermões e folhetos de cordel, a par de impressões de estrangeiros, processos da Inquisição e a obra poética de Gregório de Matos. Relativamente aos dois últimos séculos, foram utilizadas obras de doutrinação religiosa, sátiras, relações de festas, ordens régias. A par destas fontes escritas, José Ramos Tinhorão inventariou também um vasto e raro material iconográfico. Parte dele é reproduzido no livro, acompanhado de cuidadas legendas explicativas.

O resultado da leitura atenta desse material é um esboço panorâmico da história brasileira do período colonial considerada a partir dos seus eventos públicos de carácter festivo. Ao contrário do que talvez fosse de esperar, como nota o A. na introdução, «o que durante mais de duzentos anos se regista como aproveitamento coletivo do lazer na colônia americana de Portugal não seriam propriamente festas dedicadas à fruição do impulso individual para o lúdico, mas momentos de sociabilidade festiva, propiciadas ora por efemérides ligadas ao poder do estado, ora pelo calendário religioso estabelecido pelo poder espiritual da Igreja» (p. 7). Apesar disso, «o esquema de controle da participação popular nos eventos públicos não se efetivava, na prática, com a rigidez que se poderia imaginar» (p. 8).

A abordagem do primeiro século de colonização começa por considerar a *Carta* de Caminha a D. Manuel, que permite a Tinhorão pôr em relevo o facto de o encontro

dos europeus com os indígenas ter revestido um clima de festa, que incluiu música — com gaita de foles e tamboril — e uma dança colectiva, de acordo com os usos do mundo rural ibérico. Ainda considerando o relato contido nessa "certidão de nascimento" do Brasil, o A. reflecte sobre a cerimónia de implantação da cruz, notando a tendência que se virá a confirmar nas festividades do período colonial: «a movimentação da solenidade constituía apenas espetáculo para ser visto à distância, e não uma festa destinada à participação» (p. 18).

O período seguinte foi marcado pelo início da missionação dos jesuítas, os quais, apesar de terem recorrido à língua e à música dos indígenas como instrumentos de catequese, não permitiram «o surgimento de qualquer forma nova que se pudesse esperar de um encontro de diferentes culturas» (p. 23). Os grandes momentos de festividade coincidiam com as procissões de Corpus Christi e das Onze Mil Virgens, feitas segundo o modelo europeu. No domínio das comemorações de cariz não-religioso, o A. destaca a chegada de Mem de Sá à Baía em 1560, depois da vitória dos invasores franceses do Rio de Janeiro.

Quanto ao século XVII, «revelar-se-ia muito pobre de festas oficiais capazes de merecer registro histórico» (p. 51). Entre as excepções destaca-se a aclamação de D. João VI como novo rei, pretexto para uma importante festa realizada no Rio de Janeiro, em 1641, que — em obediência ao modelo da metrópole — incluiu uma encamisada, um alarde geral, uma corrida de touros, outra de manilhas e um jogo de canas. Num outro âmbito, o A. destaca ainda um acontecimento festivo bem curioso. Ocorrido em Pernambuco — à época ocupado pelos holandeses — a 28 de Fevereiro de 1644, ficaria conhecido como Boi Voador. Coincidindo com a inauguração de uma ponte sobre o rio Capibaribe, tratou-se de uma forma engenhosa, idealizada pelo próprio príncipe Maurício de Nassau, de arrecadar dinheiro, levando os circunstantes a atravessar a ponte e a pagar a correspondente portagem. Tendo anunciado que quem comparecesse à festa veria um boi voar, Nassau cumpriu a promessa do seguinte modo: como havia no Recife um boi conhecido pela sua mansidão, mandou encher de palha um boi de cor semelhante e, depois de exibi-lo e de o esconder, fez deslizar o falso por uma corda estendida do alto do seu jardim até ao outro lado da rua.

O século seguinte é o das festas barrocas, caracterizadas pelo desfile sobre rodas de alegorias. O primeiro desses aparatosos desfiles ocorreu em Vila Rica, a 24 de Maio de 1733, motivado pela trasladação do Diviníssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário para o novo templo da Senhora do Pilar. Outros eventos importantes foram a recepção e posse do primeiro bispo de Mariana, em 1748 e a comemoração, em Fevereiro de 1786, no Rio de Janeiro, do casamento do Príncipe D. João com D. Carlota Joaquina.

O século XIX continua a ter como principais oportunidades festivas as que são promovidas pela Igreja e pelo Estado. Só ao longo do Segundo Império começariam a surgir as «diversões públicas dirigidas ao gosto das camadas burguesas: as festas carnavalescas de rua e as diversões em ambientes fechados, como os bailes públicos e os espetáculos do teatro musicado» (p. 133). Apesar disso, a nova tendência incorpora marcas da tradição, visíveis, por exemplo, na «organização processional dos futuros blocos,

ranchos de carnaval e escolas de samba, e a vocação para as encenações coletivas, através da armação de enredos e do uso de fantasias» (p. 133).

Concluindo, cremos que este enfoque novo que José Ramos Tinhorão nos apresenta sobre o Brasil do período colonial supre uma lacuna dos estudos historiográficos e contém uma série de elementos de interesse para diversas áreas disciplinares.

*Francisco Topa*

FREI LUÍS DOS ANJOS – *Jardim de Portugal* (Edição, Introdução e Notas de Maria de Lurdes Correia Fernandes), «Obras Clássicas da Literatura Portuguesa» (n.º 41), Porto, Campo das Letras, 1999, 374 pp.

Se outras razões não houvesse para saudar a reedição, inserida no louvável projecto editorial do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, do *Jardim de Portugal* de Frei Luís dos Anjos (<1580-1625) — obra publicada pela primeira vez em 1626, em Coimbra, pelos prelos de Nicolau Carvalho e singular, em Portugal, de muitos pontos de vista — bastariam o cuidado espelhado na apresentação do texto, ancorada em critérios de transcrição precisos (pp. 27-29) e uma muito informada e erudita introdução (9-26), para que a sua leitura se pudesse vivamente recomendar. Mas existem, todavia, vários outros motivos justificativos da atenção a prestar à reedição deste texto em que o cronista dos Eremitas de Santo Agostinho elaborou um «catálogo» de 195 mulheres portuguesas, ainda que algumas delas sejam anteriores à formação de Portugal, «santas» e «ilustres em virtude», predominantemente orientado para a definição dos contornos da «exemplaridade» no feminino: por um lado, a organização da edição em si, constituída, para além da introdução já mencionada, por um conjunto de notas de rodapé esclarecedoras do texto e por um utilíssimo Índice Onomástico que funciona como um precioso instrumento de consulta; por outro, o manancial de informações facultado por M. de Lurdes C. Fernandes e que enquadram, facilitam, esclarecem e em muitos momentos valorizam a leitura da obra. Aliás, a edição em causa releva de rigorosos critérios metodológicos, preocupados não apenas com os problemas de fixação do texto, às vezes bem difíceis de resolver em obras do século XVII, mas também com « níveis» de leitura, se me é permitida a expressão, no sentido que Francisco Rico agudamente sublinhou na pequena mas muito sugestiva obra que intitulou *Texto y Contexto*. Nessa perspectiva, as notas que a M. de L. C. Fernandes criteriosamente elaborou, acompanhando as curtas narrativas de «vidas» de «algumas santas e outras mulheres ilustres em virtude», permitem passar da leitura «literal», vocacionada para um público mais vasto, para áreas mais complexas que importam, sobretudo — embora não apenas — aos investigadores de literatura e cultura da época moderna. De resto, o cuidado em identificar com precisão autores e obras citados — tarefa tão morosa quanto útil, tantas vezes dificultada por títulos incompletos ou datas e locais de impressão inexistentes ou errados — valoriza esta edição do *Jardim de Portugal*, na medida em que evidencia as fontes utilizadas, primárias ou secundárias, ao mesmo que indirectamente organiza uma pequena biblio-

teca — virtual? — deste agostinho responsável pela *Crónica dos Eremitas de Santo Agostinho* que, no entanto, não chegou a concluir.

As vinte e seis páginas de introdução que acompanham o texto facultam informações pertinentes relativas à primeira edição da obra, provando que embora publicado um ano depois da morte do seu autor, ocorrida em 1625, o *Jardim de Portugal* terá, todavia, apesar da redacção se ter prolongado ainda por essa data, ficado pronto para uma impressão que Frei Luís dos Anjos já não pôde obviamente acompanhar. Nessas mesmas páginas, porém, tecidas aliás também por completíssimas e informativas notas podemos, sobretudo, ler o extremo cuidado da M. L. C. Fernandes em enquadrar este «Jardim» no complexo contexto retórico literário da escrita de «vidas», discutindo a matriz do modelo narrativo em causa e mostrando a relevância de que este tipo de textos, da «biografia» religiosa e espiritual às narrativas curtas mas exemplares, se revestiu e representou na baixa Idade Média e em toda a Idade Moderna, frisando simultaneamente uma «utilidade» registada pelo autor: «contém boa lição pera mulheres, exemplo pera pregadores, motivos pera devotos e pera os amigos de histórias muitas antigas e modernas». Daí que se torne claro perceber que Frei Luís dos Anjos se preocupe em sublinhar a diferença entre «santas» e «mulheres ilustres em virtude», respeitando a diferenciação entre santos canonizados e não canonizados que os decretos de Urbano VIII, respectivamente em 1625 e 1634, formalmente consignariam.

A insistência do autor do *Jardim de Portugal* em fixar este conjunto de retratos exemplares em virtude de mulheres portuguesas, no universo «dos modelos de vida ascética e espiritual de raíz monástica [...] as penitências, os jejuns, as disciplinas, a obediência, a humildade, o silêncio, a frequência e qualidade de oração...» (p. 25), radica, nas palavras da M. L. C. Fernandes, na intenção de Frei Luís dos Anjos de «preencher uma lacuna editorial que confirmava um certo atraso de Portugal em relação às outras nações católicas que por diversas vias — e com diversas finalidades — vinham investindo na divulgação das «vidas» dos seus santos.» (p. 21), ao mesmo tempo que acentuava a existência e dimensão de «portuguesas» dignas de registo do ponto de vista de condutas religiosa e espiritualmente modelares, se bem que esse pendor «nacionalista», em anos de monarquia dual, como aliás a introdução sublinha, se possa e deva matizar, se não diluir, nesse movimento de «inventário» e «catalogação« de «santos nacionais» que percorre a Europa pós-tridentina, sobretudo ao longo de seiscentos.

De referir ainda a informada e actualizada bibliografia, manejada e facultada pela responsável da edição, que contribui, naturalmente, em conjunto com as razões enunciadas, para tornar a apresentação desta obra de Frei Luís dos Anjos um exemplo a seguir.

*Zulmira C. Santos*

CARLOS MORAIS — *A Gramática de Grego de João Jacinto de Magalhães no contexto da Reforma Pombalina*, estudo introdutório e edição fac-similada de [João Jacinto de Magalhães] — *Novo Epitome da Grammatica Grega de Porto-Real, composto na Lingoa Portugueza, para Uso das Novas Escolas de Portugal* (Paris, Officina de Franc. Ambr. Didot., M. D C C. L X.), Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 2 vols., 2000, 64+382 pp.

Editado pela primeira vez em Paris, em 1760, pela Oficina de François Ambroise Didot, no contexto da denominada reforma pombalina dos estudos, este *Novo Epitome da Gramatica Grega de Porto-Real composto na Lingoa Portugueza, para uso das Novas Escolas de Portugal*, de João Jacinto de Magalhães, conheceu uma segunda publicação saída dos prelos da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1814, e vê agora, de novo, a luz através de uma edição fac-símile, acompanhada de um estudo introdutório de Carlos Morais, promovida pela Universidade de Aveiro e pela Fundação que leva o nome do autor.

Destinada a uma já quase tópica «utilidade pública» (Dedicatória, a ij) e integrada no movimento que o próprio J. J. de Magalhães designa como «restauração dos Estudos de Portugal», na sequência do alvará régio de 28 de Junho de 1759, esta primeira Gramática de Grego em português, claramente inscrita no quadro didáctico-pedagógico de um dos reconhecidos mestres de Port-Royal, o beneditino Claude Lancelot, e portanto tributária, em termos de organização, da *Grammaire Génerale et Raisonnée*, procura oferecer «hum meio facil de aprender os primeiros principios da Lingoa Grega, e da sua Grammatica» (Cap. I, 1). Tal como sublinha C. Morais na informativa introdução, impressa à parte numa pequena brochura, a primeira intenção de J. Jacinto de Magalhães apontava para a tradução pura e simples do muito editado *Abregé da la Nouvelle Méthode pour apprendre facilement & en peu de tems la langue grecque.* Contudo, por ter concluído que o resultado «seria quase inútil a quem não tivesse á mão o grande Methodo donde ele he tirado» — *Nouvelle Methode pour apprendre facilement la Langue Grecque* (Paris, 1655) de Lancelot — optou por «fazer este novo Compendio» procedendo, assim, a modificações várias, que enumera no «Prologo», sem nunca esquecer a indispensável conciliação entre concisão, clareza («Prologo», viij) e brevidade (xiij) que, em conjunto, coagulam e reproduzem a fórmula mágica do ensino «agradável», cuja matriz tinha encontrado as suas realizações mais completas nos planos educativos de Fénelon ou no texto fundamental de Charles Rollin, conhecido como

*Traité des Etudes*, — *De la manière d énseigner et d'etudier les Belles Lettres* (Paris, 1726-1728), de ampla difusão europeia. De resto, deste ponto de vista, esta obra de J. J. de Magalhães inscreve-se no filão de compêndios, elaborados ou reaproveitados, que procuraram concretizar as orientações primordiais das *Instrucçoens para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, ordenadas e mandadas publicar, por El Rey Nosso Senhor, para o uso das Escolas novamente fundadas nestes reinos, e seus Dominios*, publicadas em 1759, exactamente na mesma data do citado Alvará Régio e que, entre outros aspectos aqui menos pertinentes, pugnavam pela restituição «ao metodo antigo, reduzido a termos simples, claros e de maior facilidade», marcas de um retorno aos gramáticos humanistas e a uma revalorização das fontes que J. J. de Magalhães não ignora: «Emfim que não lhes [discipulos] ocupem o tempo com o que chamão *themas*, nem com outras composiçoins na Lingoa Grega; tendo a experiencia bem mostrado o pouco ou nenhum fruto que dellas se tira; mas sim com a frequente versão e boa explicação dos AA.: acabando de dezinganarse, que só o caminho da traducão e da continuada lição e observação dos AA., he o milhor (por não dizer o único) que há, para chegar a bem saber o Grego, ou outra qualquer das Lingoas mortas.».

Valerá certamente a pena sublinhar que, ao longo do estudo introdutório, C. Morais procura situar este *Novo Epitome* no complexo quadro das reformas pombalinas, fixando, através da bibliografia fundamental sobre o tema, os seus momentos essenciais; tece precisas alusões ao itinerário dos estudos de Grego, em Portugal, dos séculos XVI a XVIII (neste âmbito, recorde-se Américo da Costa Ramalho, «Um programa de exame de Grego da Reforma Pombalina», in *Para a História do Humanismo em Portugal (III)*, Lisboa, IN-CM, 1998, p. 279); sintetiza o percurso biográfico de J. J. de Magalhães, fornecendo ao leitor não apenas as amarras que permitem contextualizar a obra, mas também as indicações bibliográficas necessárias. E, se as edições de textos desta natureza se revelam praticamente sempre projectos a acarinhar, no sentido em que contribuem para facilitar a investigação, como não agradecer à Universidade de Aveiro, à Fundação João Jacinto de Magalhães, a Carlos Morais e à Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a cujo Fundo Primitivo pertence o exemplar em causa, esta edição que contribui, decisivamente, para tornar um dos «manuais» integrantes da «reforma pombalina» um texto muito mais acessível ao investigador em particular ou ao leitor em geral?

*Zulmira C. Santos*